



Bloco de Esquerda  
*Grupo Parlamentar*

**Debate sobre o Programa de Crescimento e Estabilidade IV**

Intervenção de encerramento do debate do líder parlamentar

José Manuel Pureza

23 de Março de 2011

**Senhor Presidente da Assembleia da República,**

**Senhores Membros do Governo,**

**Senhores Deputados e Senhoras Deputadas,**

Dissemos com clareza ao longo deste debate o que deve ser dito: não é por se abrir uma crise política que o FMI virá, é porque as políticas do FMI nos governam cada vez mais que se abre uma crise política. Bem pode o Senhor Primeiro Ministro clamar inflamadamente que, com ele como homem do leme, o combate contra a intervenção externa na nossa economia seria sem tréguas. A verdade é que, PEC após PEC, o Governo há muito que não é mais do que um zeloso aplicador local da receita europeia da economia do abismo que não é outra senão a de um FMI a prestações nada suaves para o país. E bem pode a direita clamar que a vinda do FMI se deve apenas ao Governo

– a verdade é que a direita sempre quis a vinda do FMI para se desobrigar do trabalho sujo de aplicar o programa que sempre foi o seu.

Eis-nos pois, senhoras e senhores deputados, numa crise política que não é senão o resultado da convergência de desresponsabilizações entre PS e PSD. Nenhum dos dois partidos que se irmanaram no PEC I, no PEC II e no PEC III que foi o orçamento de estado quer agora assumir perante o país que as políticas que adoptaram foram, desde o início, a abertura à governação efectiva pelo FMI. Com carimbo oficial dessa organização, como indisfarçadamente defendeu o PSD, ou escondido atrás de um apoio europeu sem o emblema da coisa mas com a sua receita como dogma, como foi tentando José Sócrates. PS e PSD entretiveram o país numa discussão de alto interesse semântico sobre se a carta do Governo à Comissão Europeia chegou a Bruxelas às 10:15 ou às 10 e um quarto. Por trás dessa diferença de enorme dimensão está o seu acordo essencial na política de desastre que são os PEC.

O caminho dos PEC, que nos é anunciado como inevitável, levou a que a Grécia tivesse perdido quase 10% do produto nos últimos dois anos e a que a Irlanda tenha o maior crescimento do desemprego de toda a União Europeia. Os países intervencionados caem no abismo e nós, de PEC em PEC, seguimo-los como bons alunos até que a tragédia se consume. Cada PEC que sucede ao anterior deixa-nos mais perto da receita FMI que José Sócrates diz rejeitar.

A prova de que assim é está na principal revelação do PEC IV: ele assume, justiça lhe seja, que a recessão está aí. O OE previa um crescimento de 0.2%, o PEC prevê agora uma retracção de 0.9% - o Governo é, por isso, o primeiro a reconhecer que este PEC vai ter um impacto recessivo de mais de 1% do PIB. Nem para os responsáveis pelos sucessivos PEC subsistem agora dúvidas: o país está a empobrecer e esse empobrecimento é a política querida por essa sucessão de programas de austeridade selectiva. Empobrecimento dos mais velhos, que trabalharam toda uma vida e a quem agora se corta nas pensões de reforma, mesmo quando elas têm já valores

humilhantes. Empobrecimento dos mais novos para quem se mantém a chantagem da eternização dos recibos verdes.

Para não correr o risco de ter que voltar a pedir desculpa ao país, Passos Coelho já anunciou que não se compromete a não a aumentar de novo os impostos se formar governo. “E não são só os impostos”, ameaçou. Aí está: o abismo da recessão veio para ficar pela mão do bloco central. Enquanto PS e PSD se revezarem no poder ou se se vierem a unir em grande coligação, não terminará a saga sem fim das chamadas medidas adicionais de austeridade. Com elas será sempre o empobrecimento adicional dos mais pobres que virá, os cortes adicionais das pensões, os cortes adicionais dos apoios sociais, os pagamentos adicionais na saúde ou no ensino e a disponibilidade adicional dos governos para se oferecerem como garantes da recapitalização dos bancos.

A esta adicional falta de decência e falta de racionalidade económica, o Bloco de Esquerda contrapõe uma exigência em nome do país: justiça na economia. É por isso mesmo que este PEC deve ser rejeitado. Rejeitamos o PEC porque nos batemos

por um equilíbrio das contas públicas que arranca da convicção de que o déficit orçamental pode ser corrigido por uma reforma fiscal corajosa e de que o déficit social – desemprego, pobreza e precariedade – deve ser corrigido pela responsabilização dos beneficiários da crise e seus principais responsáveis. Rejeitamos o PEC porque enquanto o Governo finge poupar com o embaratecimento dos despedimentos, o Bloco de Esquerda propõe o congelamento de todos os pagamentos em excesso sobre os contratos das PPP (229 milhões em 2011) e a anulação das novas PPP em fase de desenvolvimento. Rejeitamos o PEC porque enquanto o Governo quer poupar diminuindo as pensões, o Bloco de Esquerda propõe a eliminação de empresas municipais e dos governos civis, absorvendo as suas funções no Estado e autarquias. Rejeitamos o PEC porque, enquanto o Governo anuncia o co-pagamento na saúde e na educação, o Bloco de Esquerda exige a renegociação dos prazos e termos dos pagamentos de compras militares quando não estiverem executadas as contrapartidas contratuais. Rejeitamos o PEC porque os 3.000 milhões de

euros que o Governo se dispõe a aplicar na recapitalização dos bancos são 12 anos de verba para garantia da manutenção do abono de família que o Governo decidiu cortar.

Uma consolidação orçamental que dê prioridade ao combate ao desperdício na acção do Estado; um aumento das pensões mais baixas; o combate efectivo à precariedade; uma política de investimento público para a criação de emprego; uma reforma fiscal corajosa – eis as prioridades do Bloco de Esquerda para uma governação responsável contra a irresponsabilidade social e económica de quem nos governa. Em nome dessa responsabilidade, reprovamos este Programa de Estabilidade e Crescimento.